

AMAZÔNIA EM MOVIMENTO: “REDES” E PERCURSOS ENTRE OS ÍNDIOS YE’KUANA, RORAIMA.

ELAINE MOREIRA LAURIOLA*

resumo: Este artigo procura analisar a importância da mobilidade socioespacial como estratégia e dinâmica de auto-sustentação e desenvolvimento para comunidades indígenas. Em geral, o tema da mobilidade nos estudos antropológicos se limita ao território indígena ou aos espaços de grande importância simbólica. Fora desses espaços, o fenômeno é visto como ‘migração’ ou ‘aculturação’. Em nosso estudo junto aos Ye’kuana de Roraima, o tema da mobilidade socioespacial entre a floresta e a cidade ganha uma grande importância na compreensão de sua estratégia de auto-sustentação. A “rede” (econômica, informação) criada pelos Ye’kuana tem sido a base de apoio para a etnia, que, nas últimas décadas, permaneceu fora do processo de politização do movimento indígena do Estado de Roraima. Porém, esta posição marginal não impediu o ingresso dos Ye’kuana no mercado de trabalho indígena nos anos 1990. O desafio, para este grupo, é aceder à nova rede, a dos “projetos”, uma vez que esta requer um tipo de organização formal e assessoria técnica especializada, fatores que podem gerar novas formas de exclusão.

abstract: This paper tries to analyse the importance of socio-spatial mobility as a strategy and dynamics of self-sustainability and development for indigenous communities. In general, in anthropological studies, the theme of mobility is limited to the indigenous territory or to spaces of great symbolic importance. Outside these spaces the very indigenous identity is sometimes questioned, the phenomenon shifts to be seen as ‘migration’ or ‘acculturation’. In our study with the Ye’kuana of Roraima, the theme of socio-spatial mobility between the forest and the city gains great importance in understanding their self-sustainability strategy, creating a “network” (economic, information) which has been the sustaining basis for an ethnical group who has stayed outside the political process of the indigenous movement of Roraima state over the last decades. Nevertheless, this marginal position did not prevent the entry of the Ye’kuana in the indigenous labour market (teachers, microscope analysis technicians, interpreters) in the 1990s. Today’s challenge to this model is how to access a new network, the “projects’ network”, as this requires a kind of formal organization and technical specialized counsel, factors which can generate new forms of exclusion.

* Antropóloga, doutoranda em Antropologia Social e Etnologia (EHESS, Paris), sob orientação de Philippe Descola. Pesquisadora convidada junto ao DCH no Museu Goeldi, (MPEG/DCH), Belém, Pará. Professora na UFRR.

palavras-chave: Ye'kuana; Maiongong; Caribe; organizações indígenas; projetos; sustentabilidade; contato; mobilidade social.

key-words: Ye'kuana; Maiongong; Carib; indigenous organizations; projects; sustainability; contact; social mobility.

I. INTRODUÇÃO: POPULAÇÃO, TERRITÓRIO E MOBILIDADE

Este artigo consiste numa breve reflexão sobre alguns resultados da minha pesquisa¹ junto ao grupo indígena Ye'kuana, também conhecido na literatura brasileira como Maiongong. Trata-se de um povo de língua Caribe, com uma população, no Brasil, em torno de 430 pessoas, dividida em três comunidades às margens do rio Auaris e Uraricoera, a noroeste do Estado de Roraima, fronteira com a Venezuela. A maioria dos membros dessa etnia vive em território venezuelano, onde sua população chega a 4800 pessoas². Segundo as lideranças de Auaris, os *Kajichana*, os Ye'kuana freqüentavam a região muito antes de construírem suas casas e ali se fixarem, pois a área, rica em caça, era também passagem para eles chegarem até o rio Uraricoera³ e, de lá, seguirem por suas ilhas até o rio Branco e, por fim, a Boa Vista, capital de Roraima.

Hoje, na região de Auaris vivem os Ye'kuana e os Sanuma (Yanomami). As duas etnias contam com uma rede social composta por diferentes comunidades,

localizadas dos dois lados da fronteira. No Brasil, a região do rio Auaris e boa parte da região do rio Uraricoera foram demarcadas nos anos 1990, tornando-se Terra Indígena Yanomami⁴. As três comunidades Ye'kuana estão incluídas nessa área.

A região de Auaris é uma área de difícil acesso devido às correntezas e quedas d'água, com uma distância da capital de Roraima de cerca de 450 km, o que equivale a mais de duas horas de voo monomotor de Boa Vista. Os Ye'kuana, assim como os Sanuma, seus vizinhos em Auaris, tiveram como primeira assistência à saúde, já nos anos 1960, o trabalho de missionários da MEVA – Missão Evangélica da Amazônia. Nos anos 1980, uma base militar foi ali construída, como parte do Projeto Calha Norte⁵. Nenhuma organização não-governamental, nem a FUNASA (Fundação Nacional de Saúde) ou a FUNAI (Fundação Nacional do Índio), conseguiu manter uma presença permanente naquela região antes dos anos 1990. O trabalho dos missionários foi, por muitos anos, a única presença não indígena estável na região.

A intensificação da relação dos Ye'kuana com a capital de Roraima seguiu o ritmo do crescimento dessa cidade. A aldeia Ye'kuana em Auaris e a segunda aldeia, que se instalou em Waikás nos anos 1980, procuraram, nas fazendas próximas ao rio Uraricoera, sua

1 A pesquisa está ligada a meu projeto de doutorado intitulado "Mudanças e continuidade entre os Ye'kuana-Roraima". Deixo aqui o meu agradecimento aos comentários do parecerista deste artigo.

2 Fonte: Rodriguez e Sarmiento, 2000.

3 O mapa mitológico Ye'kuana, publicado nos anos 1970, por De Civrieux, atesta que lugares como a Ilha de Maracá (Rio Uraricoera) compõem os marcos topográficos da mitologia desse povo.

4 A área demarcada como terra indígena Yanomami tem 90.0000 km² e está localizada nos Estados de Roraima e do Amazonas, região de fronteira com a Venezuela.

5 Sobre o Projeto Calha Norte, ver Albert, 1990.

principal fonte de troca. A capital do Estado tornou-se o centro para eles, principalmente após o boom do garimpo e o aumento dos serviços prestados à saúde indígena.

Para os atuais chefes Ye’kuana, a relação com a capital do Estado sempre ocorreu após os períodos de trabalho nas fazendas, uma vez que, na cidade, podiam adquirir os bens que desejavam. Já nos anos 1980, uma outra geração concentrou seus contatos na capital. Foi com essa nova experiência e, sem dúvida, devido aos novos recursos oriundos da exploração do ouro, que eles decidiram e puderam comprar a atual “casa de apoio”, localizada no centro de Boa Vista.



Figura 1: *Localização das comunidades Ye’kuana do Brasil em Terra Indígena Yanomami.*

As lideranças contam terem aprendido que o português era importante nas suas incursões por Boa Vista. Pediram então para os missionários de Auaris enviarem alguém para ensinar em sua comunidade, separadamente do trabalho que era oferecido junto aos Sanuma. Essa pessoa chegou somente nos anos 1980, vinte anos após a chegada da MEVA em Auaris. Seu

trabalho foi exclusivo para os Ye’kuana e a Missão passou então a ter duas frentes de trabalho, uma com os Sanuma, que fora sua prioridade inicial, e uma outra junto aos Ye’kuana.

Nesse mesmo período, alguns dos jovens Ye’kuana já estavam em Boa Vista, nas casas dos seus “conhecidos e amigos”, freqüentando as escolas públicas da capital. A prioridade pela educação dos seus filhos era evidente. A Escola de Surumu, com regime de internato, organizada por missionários católicos, acolheu três jovens Ye’kuana por mais de quatro anos. Foi esse capital humano que, no final dos anos 1980 e durante a década de 90, ingressou no novo mercado de trabalho em área indígena. Primeiramente, trabalharam na área de saúde e, num segundo momento, na área de educação.

Não era simplesmente uma visão utilitarista da educação: eles já haviam experimentado, nas gerações anteriores, a troca com o exterior. Esse modelo tinha mostrado eficácia no que diz respeito a sua participação em trabalhos esporádicos remunerados e no comércio de canoas, ralos e outros bens. A educação viria reforçar essa relação, pois as novas oportunidades dos trabalhos remunerados, e não apenas de comércio, poderiam ser incrementadas com o domínio da língua portuguesa.

Neste artigo, discutiremos um pouco os recursos usados ou criados por eles para obterem esse resultado, ou seja, participar diretamente das novas oportunidades de trabalho remunerado. Diga-se de passagem, um resultado, em termos socioeconômicos, não muito diferente de tanto outros grupos indígenas do Estado, mas, em contra partida, no caso dos Ye’kuana, muito diferente na

sua relação com as organizações indígenas e as redes das organizações não-governamentais.

II. A MARGINALIZAÇÃO POLÍTICA YE'KUANA: UMA ESTRATÉGIA DE AUTONOMIA?

Desde os meus primeiros contatos com os Ye'kuana (1997), chamou a atenção sua pouca participação ou relação com as organizações de representação indígenas, bem como com as organizações não-governamentais presentes no território Yanomami. As entrevistas realizadas com representantes das organizações de representação indígenas – CIR (Conselho Indígena de Roraima), APIRR (Associação dos Povos Indígenas de Roraima), TWM (Sociedade para o Desenvolvimento Comunitário e de Qualidade Ambiental dos Povos Indígenas de Roraima) –, bem como os órgãos governamentais, como a FUNAI ou o DAI (Departamento de Assuntos Indígenas, ligado ao governo do Estado de Roraima), confirmaram que os Ye'kuana não tinham nenhuma ou quase nenhuma relação ou participação juntos a essas organizações. Os espaços institucionais que foram criados prevendo a participação de representantes indígenas, como é o caso do NISI (Núcleo Interinstitucional de Saúde Indígena), também não contam com a participação deles.

Recolhemos diversos depoimentos de funcionários da FUNASA e, neles, muitos manifestaram a preferência pelo trabalho junto aos Sanuma. Segundo esses funcionários, os Ye'kuana “não se misturam” com os Sanuma, “se acham mais importantes”, “se acham superiores”. Uma

série de incompreensões sobre as diferenças e a relação interétnica entre os dois grupos é traduzida, pela maioria dos agentes externos presentes em Auaris, como uma relação assimétrica, onde os Ye'kuana explorariam a “ingenuidade” dos Sanuma.

Os Ye'kuana também não participaram do processo de demarcação de suas terras no Brasil. A Igreja Católica, que mantém um trabalho junto aos Yanomami desde os anos 1960, e a CCPY⁶ (Comissão pela Criação do Parque Yanomami, hoje Comissão Pró Yanomami) tiveram um papel fundamental na pressão política que culminou com a demarcação da Terra Indígena Yanomami, no início dos anos 1990⁷. Os Ye'kuana, diferentemente de algumas lideranças Yanomami e de outros grupos indígenas no Brasil, não passaram por um processo de reivindicação pela posse e defesa de suas terras. Claro que isso não significa que eles não se apropriem desse espaço físico e simbólico. É importante ter presente o processo de disputa pelo território vivido no passado por esse grupo. Conforme Ramos (1996):

“Alguns capítulos da história Maiongong lembram o horror que Taussig (1997) desfia sem trégua no coração das trevas amazônicas. Ainda se pode ouvir dos homens maduros narrativas que eles por

6 A CCPY passou a ser a tradução de: Comissão Pró-Yanomami. Esta organização não-governamental atua há mais de 20 anos na defesa dos direitos dos Yanomami. Atuou na área de saúde e, desde 1997, atua também na área de educação. Com a terceirização dos serviços de saúde, a educação passou a ser prioridade. Além dessa frente de trabalho, desenvolve projetos agro-florestais e divulgação da situação do povo Yanomami através de seu boletim e site.

7 Para uma análise do discurso sobre a proteção da natureza, ver Albert (1993).

sua vez ouviram de seus antepassados sobre o aprisionamento aldeias inteiras para o trabalho escravo, as longas filas de Maiongong acorrentados levados para os seringais, histórias dos tempos em que as indústrias extrativistas eram montadas nas costas de índios escravizados. Os Maiongong perderam uma boa parte de sua população, aprenderam português e ou espanhol, adquiriram espingardas e recuperaram seu orgulho como grandes construtores de casasse de canoas e como grandes comerciantes. Quando os Sanuma apareceram, as terras Maiongong estavam semivazias em conseqüências de epidemias e escravização... As espingardas adquiridas dos brancos à custa de muito sofrimento histórico, serviam agora ao Maiongong para dissuadir os Sanuma a parar com a guerra e forçá-los à coexistência pacífica... Dos Maiongong eles adquiriram hábito de plantar e preparar a mandioca brava e de manejar canoas. Também passaram a ter cães, panelas, terçados, machados e miçangas muito antes de terem contato continuo com os brancos”.

Como já dissemos, os Ye’kuana são Caribe e são o único grupo não Yanomami vivendo em área demarcada como Terra Indígena Yanomami. A novidade aqui é que o processo de demarcação da terra indígena e todas as perdas vividas pelo povo Yanomami devido às invasões do garimpo colocaram esse povo como os interlocutores privilegiados com os atores externos, sejam eles organizações não-governamentais ou órgãos do governo. Se, oficialmente, a presença dos Ye’kuana fora assinalada no momento da demarcação da Terra Indígena Yanomami, desde então pouco se falou deles.

Curiosamente, essa posição marginalizada muda completamente junto àquelas instituições que ofereceram, na última década, oportunidades de trabalho remunerado aos povos indígenas, especialmente na área de saúde e educação. Os Ye’kuana trabalharam junto à Organização Médicos do Mundo e Médicos Sem Fronteiras, à FUNASA (Fundação Nacional de Saúde) e à DEI (Divisão de Educação Indígena da Secretaria Estadual de Educação de Roraima).

Somente nos últimos anos iniciou-se um processo de aproximação dos professores Ye’kuana junto a OPIR (Organização de Professores Indígenas de Roraima). Esse processo registra uma certa “redescoberta” dos Ye’kuana: fala-se mais dos seus artesanatos e do fato de não terem perdido a língua materna. Os professores indígenas em Roraima conhecem bem uma realidade em que estão presentes dilemas como a perda da língua materna, da identidade religiosa e de outros valores considerados tradicionais. Muitas vezes, a escola indígena coloca para si o desafio de reverter tal situação. Os Ye’kuana, que não perderam sua língua materna e não se converteram às religiões dos “brancos”, começam a serem citados, por lideranças indígenas no Estado, como um exemplo de resistência cultural nos espaços das discussões sobre educação indígena.

Assim, podemos assistir em alguns fóruns uma certa inversão da imagem dos Ye’kuana: se, para alguns, eles não seriam tão exemplares na preservação da natureza, devido ao passado recente de envolvimento com o garimpo, para outros, eles seriam exemplares na preservação da cultura tradicional.

III. DEMARCAÇÃO, IMAGENS E ETNOCENTRISMOS

Para os Ye'kuana, a década de 1980 foi um período de grande envolvimento com o garimpo. Alguns dos "conhecidos" dos Ye'kuana tornaram-se, como muitos em Roraima, empresários do garimpo. Para estes, eles trabalharam como guias ou diretamente na extração de ouro. O principal centro de garimpo onde eles atuaram diretamente foi a região de Waikás (rio Uraricoera). Porém, após o aprendizado das técnicas do garimpo, inclusive a da imersão, do uso do mercúrio, da bomba e outros, eles preferiram adquirir seus equipamentos e trabalharam por conta própria. A técnica empregada era a mesma, predatória, mas a ética era outra. Trabalhando entre si, os Ye'kuana se sentiam mais seguros, mais protegidos das relações existentes entre os garimpeiros. Os Ye'kuana falam com horror das situações onde os garimpeiros se matavam entre si e desprezavam os corpos dos mortos.

Apesar de todo esse choque cultural, tal situação não impediu que eles tivessem amigos no garimpo. Algumas famílias que se deslocaram até Waikás guardam em Auaris fotos dos seus amigos e dessa viagem que fizeram entre os "brancos". Essa experiência é, sem dúvida, um marco na história recente desse povo. Se, por um lado, eles enriqueceram, investiram em casas, máquinas para ralar mandioca ou ainda equiparam suas canoas com motores de popa, por outro lado, também passaram a ser conhecidos como "índios do garimpo", "aculturados" para alguns, "predadores do meio ambiente" para outros ou, ainda, como os "aliados dos garimpeiros".

De certa forma, essa marginalização ou invisibilidade contribuiu para que eles tivessem caminho livre na sua relação com o garimpo, pois, quando os danos do garimpo foram condenados pelas organizações indígenas, não havia canais para possíveis pressões sobre eles.

Durante os anos 1980 e início dos 90, os Ye'kuana investiram parte daquilo que ganharam com o garimpo justamente nessa sua autonomia e independência. Garantiram sua autonomia nas estadias na capital, através da compra da casa de apoio, e mantiveram um certo isolamento no cenário político em Roraima.

Com a demarcação da Terra Indígena Yanomami, o controle da área tornou-se maior e, legitimamente, as lideranças Yanomami, em suas passagens em Boa Vista, com frequência denunciam a presença de garimpeiros em suas terras. Algumas afirmam também que os Ye'kuana continuariam levando garimpeiros para a área Yanomami. A Administração Regional da FUNAI confirma algumas dessas denúncias. Sabemos, porém, que a relação de parceria ou cumplicidade com os garimpeiros não é consenso entre as lideranças Ye'kuana. As preocupações por parte dessas lideranças seriam de outra ordem: eles estariam muito mais preocupados com a insegurança e violência trazidas pela ação de garimpeiros em suas terras do que com o discurso da preservação da natureza. Poderia-se dizer que a preocupação seria mais social do que ecológica, mas, aqui, também estaríamos caindo em outros etnocentrismos...

A demarcação e as recentes mudanças na política de saúde indígena trouxeram novos projetos a serem gerenciados nesse

território. Em consequência de sua pouca participação junto às ONGs e outras entidades com influência decisiva, os Ye’kuana se encontram em uma posição ainda marginal nesse novo processo.

VI. MOBILIDADE ESPACIAL E REDES SÓCIOECONÔMICAS

Tentaremos evidenciar alguns pontos do processo que permitiu aos Ye’kuana, embora marginalizados do processo de organização indígena, ocupar um papel importante nas novas experiências das populações indígenas de Roraima.

As incursões pelos rios até as fazendas do rio Uraricoera e Boa Vista fizeram dos Ye’kuana uma referência como construtores de canoas na região⁸. Os trabalhos nas fazendas variavam: construção de canoas, pistas, construção de benfeitorias, construção de pontes, aberturas de áreas de mata para plantio, entre outros. A Boa Vista, eles vinham para comprar roupas, sal, munições, panelas, miçangas e outros bens industrializados.

A posição geográfica dos Ye’kuana foi um dos fatores que limitou o trânsito intenso entre aquela comunidade e outros povos ou centros urbanos. A distância espacial parece ter servido como um “filtro” para esse contato, ao mesmo tempo temido e desejável. O fato de serem de “outro lugar” parece ter dado aos Ye’kuana certas vantagens. Em primeiro lugar, eles não eram do “leste”⁹ de Roraima, “não reivindicavam

terras”, eram da floresta, um lugar distante, estavam “de passagem” e, portanto, mais distantes dos conflitos fundiários entre índios e fazendeiros. Em segundo lugar, apresentavam-se como técnicos especializados na construção de canoas, trabalho este apreciado pelos indígenas e não indígenas.

Isso não significa, é claro, que, nas fazendas, a relação não fosse de desigualdade ou opressão. As lideranças de Auaris contam que muitas vezes eram mal pagos ou ficavam sem ter para onde ir quando os fazendeiros lhes mandavam embora. Isso, porém, não impediu que eles ocupassem um lugar diferenciado na relação com os fazendeiros; ocuparam, quando foi conveniente, o lugar de “bom índio”: nas palavras de alguns “brancos”, eles eram, diferentemente de outros, “índios sérios e trabalhadores”.

Nessas incursões, os participantes eram homens e, na maioria, adultos. Esse foi o outro “filtro” do contato. As experiências eram feitas pelos homens e discutidas entre eles. Várias reuniões eram feitas entre uma viagem e outra e, assim, eles puderam construir aos poucos uma triagem entre as “boas fazendas”, “os bons empregadores” e os outros.

O contato com outras etnias¹⁰ no leste do estado de Roraima também os informava sobre inúmeras oportunidades e experiências diferentes da sua. Entre elas: a religião, a escola, a politização das organizações indígenas, os conflitos e, mais tarde, as novas oportunidades de trabalhos remunerados. Embora tivessem relações com outros grupos indígenas, especialmente de comércio, os Ye’kuana não

8 A confecção de canoas continua a ser uma demanda das diversas organizações, entre elas: FUNAI, FUNASA, missionários católicos e evangélicos e organizações não governamentais. Nesses dois últimos anos, os Ye’kuana construíram mais 15 canoas para essas organizações.

9 A expressão “leste”, muito evocada regionalmente, faz referência aos povos indígenas do lavrado de Roraima: Macuxi, Wapixana; Taurepang, Ingaricó.

10 Nas trocas com outras etnias (Macuxi, Wapishana, Ingariko, Taurepang e no sul do estado os Wai-Wai) eles se tornaram conhecidos também por uma outra especialidade Ye’kuana, dessa vez feminina: os ralos para mandioca, muito apreciados pelos povos Caribe em Roraima.

participaram de suas mobilizações ou organizações políticas de forma organizada, mantendo-se fora do processo de politização daquelas organizações.

Vale a pena notar que, por meio da mobilidade, os bens industrializados eram adquiridos diretamente por eles, fugindo a regra de outros exemplos, muito comuns na Amazônia, em que tais transações fazem parte de um sistema gerador de dependência e exploração (Geffrey, 1995). Hoje, também os trabalhos remunerados na área de saúde, educação, assim como o serviço militar¹¹, não os separam de sua comunidade. Ao contrário, o salário permite o acesso a determinados bens, seja na floresta ou na cidade, como por exemplo: painéis solares; motores de popa e combustível; roupas, fuzis e munições; material para pesca; telefones celulares, utilizados na capital. Essa comunicação, viagens e de mobilidade socioespacial, permitiu aos Ye'kuana conhecerem diversas experiências, e com essa abertura para o exterior, eles construíram várias redes de "aliados", ou "apoio" fora de suas comunidades locais.

Se nos anos 1970 o contato com a capital já era regular, nos anos 1980 alguns filhos desses viajadores Ye'kuana vieram para cidade não apenas para trabalhar, mas para estudar. Assim, esses jovens passaram a conviver com famílias tradicionais *da e na* cidade. Essas redes de relações foram construídas como relações privadas e, por isso mesmo, não eram estendidas a todos. Dessa forma, os filhos daqueles viajadores passavam a viver com as famílias da "rede de contatos" de seus pais na capital.

11 No 5º Pelotão de Fronteira do Projeto Calha Norte, em Auaris, nove jovens Ye'kuana ingressaram no serviço militar. Desses jovens, cinco ingressaram em 2002. Todos eles seguem a carreira militar como soldados; além do salário, contam com um plano de saúde.

No início, trabalharam como intérpretes, mais tarde, estudaram para trabalhar como microscopistas, acompanhando as oportunidades que a assistência à saúde indígena oferecia nas décadas de 1980 e 90. Seguindo a trajetória dos primeiros microscopistas Ye'kuana, vemos que a procura para uma formação profissional na área de saúde foi a oportunidade para aqueles que já haviam cursado o ginásio nas escolas públicas de Boa Vista. Os primeiros fizeram o curso de formação técnica com a organização holandesa Médicos Sem Fronteira, atuante na região leste do Estado de Roraima. Depois de realizarem o teste feito pelo Ministério da Saúde, através da FUNASA, os dois primeiros microscopistas Ye'kuana foram contratados pela organização francesa Médicos do Mundo¹² e, mais tarde, pela própria FUNASA.

Hoje, suas redes de apoio na cidade são bastante diversificadas. Algumas pessoas são profissionais da Secretaria de Educação e atuam no Programa de Magistério Indígena, outros acolheram estudantes em suas casas durante o período escolar na cidade. Outros, ainda, são velhos amigos, cujos contatos foram passados de pais para filhos e que, ao longo desses anos, tiveram diferentes tipos de relações com os Ye'kuana: relações pessoais e troca de serviços na cidade, relações mais coletivas, com trabalhos realizados na floresta. Há também, é claro, as pessoas ligadas aos missionários da MEVA. A diferença desse contato é que, em teoria, ele poderia ser acessível a todos na comunidade. Na prática, as relações na comunidade também seguem a rota das relações pessoais, alguns têm mais acesso

12 Os Ye'kuana trabalharam na região de Homoxi, Parafuri, Ericó, Auaris e Paapiu, todas elas dentro da T.I. Yanomami.

aos missionários do que outros e, conseqüentemente, uma melhor rede de contatos na cidade. Os antropólogos não poderão fugir dessa rede de contatos.

Esse modelo deslumbrou os jovens estudantes Ye’kuana. Hoje, 25 estudantes vivem na capital procurando concluir o 1º e 2º grau nas escolas públicas de Boa Vista. Mas, aos poucos, o modelo que parecia perfeito, ou seja, estudar em Auaris, continuar o estudo em Boa Vista, conseguir um trabalho e ter acesso à cidade e aos bens apreciados por eles, não pode mais se reproduzir. A possibilidade de estudar e conseguir um trabalho remunerado, sem ter que abandonar suas aldeias, como aconteceu para os primeiros estudantes, parece não poder se repetir para essa nova geração, uma vez que o mercado de trabalho ligado aos serviços públicos (educação e saúde) já não consegue absorver todos os estudantes Ye’kuana.

Sabemos que, para se conseguir objetivos parecidos, muitas etnias estão procurando alternativas com projetos de auto-sustentação. Esta discussão, porém, ainda é muito recente entre os Ye’kuana no Brasil¹³. Conceitos como o de “projeto de desenvolvimento auto-sustentável” ainda são poucos “traduzíveis”, tanto entre os jovens assalariados quanto entre as lideranças tradicionais.

V. A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO EM ÁREA INDÍGENA

Analisaremos então as duas principais áreas de trabalho: saúde e educação. Parece que a busca ou a solução principal procurada por eles é uma combinação entre a vida em floresta, com os bens adquiridos na cidade e,

porque não, também as suas estadias na capital. Isso, até o momento, não provocou um movimento de migração dessa população para a cidade.

Em 1999, já dentro da nova política de contratação de terceiros para a realização dos serviços à saúde indígena, cinco jovens Ye’kuana foram recontratados pela URIHI¹⁴, a mais importante prestadora de serviço de saúde Yanomami, atuando tanto no Estado de Roraima como no Estado do Amazonas. Anteriormente, esses mesmos jovens já tinham acumulado uma experiência de mais quatro anos junto à FUNASA. Além da continuidade do trabalho profissional, eles mudaram também sua condição profissional, pois junto à FUNASA eles tinham contratos temporários, freqüentemente revalidados. Hoje, com a URIHI, eles passaram a ser profissionais de acordo com as normas da CLT, com carteiras de trabalho, fundo de garantia e outros direitos trabalhistas. Esse reconhecimento profissional é legitimado pelos empregadores por se tratar de pessoas com experiência profissional e formação escolar.

14 URIHI, expressão que pode ser traduzida como Floresta em língua Yanomami, é uma organização não-governamental organizada por profissionais que acumularam experiências de trabalho junto à população Yanomami, principalmente através do trabalho na área de saúde, realizado anteriormente através da CCPY. Com a terceirização dos serviços de saúde em área indígena, essa organização mantém, desde 1999, um convênio com o Ministério da Saúde para a realização desses serviços nos Estado de Roraima e Amazonas. Existem outras organizações não-governamentais que prestam serviços de saúde ao povo Yanomami no Estado do Amazonas. Em Roraima, além da URIHI, a Diocese também é responsável por algumas áreas e tem um convênio com o Ministério de Saúde. Além desses dois convênios, a FUNASA ainda é diretamente a responsável por diversas regiões. Porém, no conjunto da TI Yanomami, a URIHI atende a maioria das aldeias.

13 Na Venezuela, o povo Ye’kuana tem participado ativamente de um processo importante pela demarcação de seu território.

Os novos microscopistas indígenas, ou agentes indígenas de saúde, formados dentro de uma nova política de atendimento à saúde indígena não entrarão nessa categoria profissional, mesmo tendo a obrigação de realizar e conseguir a aprovação do exame da FUNASA. Esses agentes são indicados por suas comunidades e recebem uma ajuda de custo por prestarem serviços comunitários na área da saúde. Muitas outras coisas diferenciam o trabalho de um e de outro. Contudo, os microscopistas Ye'kuana obtiveram um estatuto profissional ao qual dificilmente outros poderão aceder¹⁵. A alternativa, para alguns dos Ye'kuana, seria trabalhar em outras áreas, mais distantes de onde estão seus parentes. Alguns jovens com certeza estariam dispostos a isso, porém, as oportunidades tendem a diminuir e a concorrência com outros profissionais indígenas e não indígenas a aumentar.

A segunda profissão remunerada é a de professor indígena. Existem sete professores Ye'kuana contratados pela Secretaria Estadual de Educação, seis trabalhando na Escola Estadual Ye'kuana em Auaris e um em Waikás. A formação desses profissionais se deu com o apoio da comunidade, a infra-estrutura que eles possuem na cidade de Boa Vista, a casa de apoio, e suas "redes de contatos". Em 1991, com a formação e contratação do primeiro professor Ye'kuana, eles fundaram a Escola Estadual Apolinário Gimenez¹⁶ em sua

comunidade Fwuduadunha, em Auaris. Todo o processo de criação e de formalização da escola Ye'kuana como uma escola estadual foi assessorada pela MEVA¹⁷ através de sua missionária, uma professora e diretora da escola até o ano de 2000¹⁸. O Programa do Magistério Parcelado Indígena¹⁹ foi o resultado de um processo de reivindicações e pressões envolvendo principalmente as populações indígenas do leste do Estado de Roraima.

Apesar dos poucos materiais didáticos diferenciados, a Escola Estadual Ye'kuana, não fica atrás da experiência de outras etnias do leste de Roraima. Ao contrário, como já foi dito, eles têm se destacado pelo fato de todos os professores serem falantes da língua e pela sua alfabetização em língua materna. Isso, sem dúvida, representa um potencial para futuras produções etno-literárias.

É importante dizer que o trabalho remunerado a partir de um aprendizado específico e que passa necessariamente pela escolaridade, como o de microscopista ou professor, não é a única estratégia

15 Nesse novo contrato eles também gozam de um novo regime de carga horária, dividindo o tempo entre a floresta e a cidade. Todos os funcionários contam com o transporte garantido nos períodos de folga que, em teoria, seriam transcorridos fora da floresta. Esse transporte veio ao encontro do modelo de mobilidade Ye'kuana e é um ponto de prestígio para os funcionários da saúde.

16 Em Auaris, a Escola Ye'kuana Apolinário Gimenez recebe mais de 100 alunos entre o ensino fundamental e as turmas noturnas do supletivo.

17 Para compreender melhor a relação desse grupo com os missionários da Meva e sua religião, remeto os leitores a um outro artigo de minha autoria: "Entre o corpo e a alma: a não conversão dos Yekuana". In: WRIGHT, Robin (org). *Transformando os Deuses*, vol II, no prelo.

18 Essa missionária trabalhou junto aos Ye'kuana por dezessete anos. Atualmente, assessora os Wai-Wai e outros grupos na formalização das suas escolas e na formação dos professores para Magistério Indígena da Secretaria de Educação do Estado.

19 O Programa do Magistério Indígena foi criado em 1994, tendo recebido, em 1998, o Prêmio Paulo Freire da Fundação Roberto Marinho. Em 1986 havia sido criado o NEI (Núcleo de Educação Indígena), também ligado à Secretaria de Educação do Estado, mais tarde, foi oficializado a DEI (Divisão de Educação Indígena), subordinada à Secretaria de Educação do Estado.

econômica adotada por eles, mas é, sem dúvida, a mais estável e a mais socialmente apreciada e desejada pelos atuais estudantes.

VI. A AUTONOMIA NA FLORESTA E A ECONOMIA NA CIDADE...

De fato, se hoje os assalariados conseguem fretar vôos privadamente, isso em boa parte se deve ao fato de eles serem autônomos na sua alimentação, ou seja, manterem suas tradições alimentares e o modo de produção dessa alimentação. Os Ye’kuana são agricultores, coletores e praticam a caça e a pesca. Possuem ainda pequenos animais domésticos, especialmente cães e aves. A alimentação básica é a sopa de peixe, pimenta e beiju. Junto com essa produção segue, é claro, toda uma série de trabalhos comunitários, rituais que ainda organizam o tempo e o espaço das aldeias Ye’kuana.

Os profissionais assalariados participam ativamente da vida social e econômica da comunidade, não apenas contribuindo financeiramente para as suas obrigações com seus sogros e o grupo, mas também diretamente nos trabalhos comunitários, como construção de casas ou aberturas de novas roças. De certa forma, eles são uma nova “versão” daquele modelo, descrito por Godelier²⁰(1996), em que os indígenas

imigrados nas cidades do México ou ainda nos EUA, através de sua rede de obrigações com suas comunidades de origem, contribuem financeira e decisivamente para que elas se reproduzam.

No caso dos Ye’kuana, nenhum dos assalariados poderia sustentar suas famílias e suas obrigações sociais se dependesse totalmente dos produtos industrializados. Apesar das contradições desse processo, é preciso um olhar mais atento sobre o “vai e vem” experimentado por diferentes grupos indígenas entre suas aldeias e os espaços urbanos²¹.

Uma outra diferença é que, na Amazônia, muitas comunidades indígenas já se beneficiam com projetos financiados por agências nacionais e internacionais. Se isso já acontecia, hoje os fundos e programas são consideravelmente maiores. Em contrapartida, os beneficiários da maioria desses programas deverão mostrar seu potencial ecológico e às vezes conservacionista, de acordo com uma idéia do “tradicional” e da “natureza” das diferentes agências. Enfim, no futuro próximo, as comunidades indígenas na Amazônia devem contar com outras alternativas que poderão valorizar ainda mais o local e o “tradicional”, apoiadas nas redes dos novos projetos.

20 “Não podemos pensar que a relação entre uma sociedade local e uma sociedade englobante seja uma relação mecânica e de sentido único. Mesmo se as forças que pressionam a comunidade local e que a obrigam a se transformar tenham suas fontes, principalmente, na dinâmica da sociedade englobante, a comunidade local não é passiva. Ela inventa seu novo modo de vida. De certa forma, as comunidades locais continuam a existir por se transformarem, paradoxalmente, em comunidades multilocais, por se desterritorializarem, ou, mais precisamente, porque elas ocupam simultaneamente e organicamente diversos espaços situados às vezes em diferentes sociedades englobantes” (Godelier, 1996).

21 Vale a pena dizer que essa mobilidade social, presente em outras etnias no Estado de Roraima, chega a surpreender suas lideranças. No caso recente do Programa São Marcos, as lideranças encontraram resistência por parte de algumas comunidades mais distantes da capital localizadas na Terra Indígena São Marcos, pois elas estavam preocupadas em perder o meio de transporte até a capital, ou seja, a carona de alguns fazendeiros. O Programa teve que providenciar prioritariamente um ônibus, e dessa forma, obter o consenso na desapropriação das fazendas localizadas nas proximidades daquelas comunidades.

VII. A “REDE” DE ALIADOS NA CAPITAL E A NOVA REDE: A POLÍTICA DOS PROJETOS

As redes de apoio foram decisivas na construção da posição diferenciada dos Ye'kuana na história das organizações indígena em Roraima e na autonomia política e econômica que eles construíram. Os contatos com as pessoas que os apoiaram são alimentados por eles a cada passagem pela capital, demonstrando, mais uma vez, que a sua distância geográfica não impede a criação de relações estáveis na cidade.

Na verdade, a distância geográfica nunca foi para eles um impedimento absoluto. Ao contrário, ela serviu como um “filtro”, uma “triagem” para suas alianças e investimentos. Se, por um lado, eles permaneceram fora do cenário das organizações indígenas e da politização da questão indígena no Estado, por outro lado, eles não perderam as ocasiões de novos trabalhos remunerados, ou, se quisermos, nunca estiveram fora do mercado de trabalho indígena. A exceção é a dos cargos na administração pública, entre outros, porque isso significaria um engajamento mais político junto às organizações indígenas ou grupos partidários e à permanência na cidade.

É interessante notar que os recursos oriundos da extração do ouro foram investidos, como já dissemos, na compra de uma casa de apoio, no centro de Boa Vista. A casa, por sua vez, beneficiou muitos estudantes e a escolha pela educação de seus filhos já fazia parte de uma outra escolha, aquela que procurava manter sua independência em relação aos agentes externos às suas comunidades, mas, ao mesmo tempo, sempre participando das novas oportunidades de trabalhos remunerados. Se com os recursos

do garimpo eles puderam se equipar com bens, até então raros ou inexistentes, a escolha por manter uma autonomia em relação ao “mundo dos brancos” é anterior ao período do garimpo. Essa escolha se construiu, na prática, justamente nas experiências externas às suas comunidades, nas buscas por bens, informações e experiências.

Como temos argumentado até aqui, essa autonomia buscou apoio especialmente nas redes de “aliados” externos a suas aldeias e na capacitação de seus membros para ingressar no novo mercado de trabalho que se abria nas terras indígenas de Roraima²². Como bem analisou Godelier (1996) “l'histoire locale ne trouve pas localement toutes ses raisons d'être, donc tous les moyens d'être comprise”.

Apesar dessa infra-estrutura e devido à sua organização estruturada informalmente e não institucionalizada na sua relação com o externo, os Ye'kuana poderão permanecer fora de novas oportunidades. Uma organização externa a eles provavelmente terá muitas dificuldades para se concretizar, pois as ONGs continuam sendo organizações exteriores e de difícil comunicação para um grupo acostumado a gerenciar seus próprios “negócios”.

O desafio colocado para os Ye'kuana é justamente o de dominar rapidamente o discurso das organizações não-governamentais e a rede nacional e internacional de produção e consolidação de projetos. No interior de suas comunidades existe uma organização

22 Na análise de Ramos (1996) os ganhos oriundos do garimpo teriam dado a “oportunidade”, aos Ye'kuana, de se liberarem da dependência dos “brancos”. Acredito que isso já fosse um processo em curso ou que estava há muito tempo presente nas aspirações Ye'kuana; neste caso, os ganhos com o garimpo deu a eles “meios” mais eficazes para a sua realização.

hierárquica ainda bastante respeitada, segundo a qual os mais velhos e, especialmente, os chefes são sempre consultados para decisões coletivas. Porém, muitos dos novos jargões, como “projetos”, “processo de consulta”, “desenvolvimento sustentável” são, como já foi dito, de difícil tradução.

Os chefes, embora tenham muita experiência com o exterior, não dominam o discurso dos “projetos”, “financiamentos”, “agências” ou “ONGs”. O exterior conhecido por eles ainda é a rede de contatos dos aliados na cidade, que, aliás, sempre foi uma rede privada. Os bens adquiridos eram assim mais socializados, através do seu uso, do que a própria rede de contatos. Ao contrário, hoje a rede de projetos precisa do “aval”, do “acordo” da comunidade. Sem isso, os “bens” não chegam para serem socializados. Temos, então, um processo que se acelera e se impõe a todos: fica cada vez mais claro que o acesso a melhores condições de vida na floresta e na cidade passará por essa nova rede.

Uma das características dessa “rede” é a sua própria especialização. De certa forma, ela cria uma dependência ou, se quisermos, uma necessidade de relação com agentes externos, através de “assessorias” para a formulação dos projetos junto às agências financiadoras ou pela necessidade de uma representação jurídica. Os Ye’kuana, embora tenham conseguido uma organização bastante próxima a de outras etnias apoiadas por organizações políticas, correm hoje o risco de ficarem excluídos das discussões e do acesso aos novos projetos em seu território, justamente por estarem defasados em relação às redes de projetos²³. Mesmo se

considerarmos a MEVA um agente de apoio, ela não se enquadra na versão moderna de agência canalizadora de recursos para as comunidades indígenas nos moldes dos novos projetos de desenvolvimento sustentável.

Para os Ye’kuana, o contato com a sociedade nacional não é uma novidade; tampouco o fato de serem alguns de seus membros contratados por agentes externos para a realização de diferentes tipos de trabalho. Apesar desse quadro, eles estão quase completamente fora dessa rede moderna de apoio às comunidades indígenas. Assim, temos, em Roraima, comunidades indígenas para as quais o contato com a sociedade nacional é bem menor, assim como o novo mercado de trabalho para os indígenas, mas que já estão “conectadas”, ou seja, realizam projetos financiados por grandes agências financiadoras.

A diferença é que, hoje, os recursos podem chegar de forma indireta através de um modelo específico de organização ou por quadros profissionais especializados, que organizam e realizam tais projetos. Essa rede nacional e internacionalmente organizada não é conhecida pelos Ye’kuana no Brasil, e eles dificilmente a conhecerão sem um apoio externo. Essa me parece, então, a chave para entender, daqui para frente, o futuro dos jovens estudantes e da economia Ye’kuana, que, até o momento, soube combinar a vida na aldeia com as novas profissões.

VIII. CONCLUSÃO

O exemplo dos Ye’kuana mostra como a mobilidade socioespacial é um elemento importante na compreensão dos modelos e

23 Para uma análise do crescimento das organizações indígenas na Amazônia ver Albert, B. 2000.

alternativas que algumas etnias buscam de forma bastante autônoma. Em geral, o tema da mobilidade espacial é analisado dentro de um território limitado, considerando principalmente espaços e práticas de uso dos recursos naturais e/ou lugares de importância simbólica. Os Ye'kuana, antigos viajadores da Amazônia, na floresta e na cidade, mostram como a articulação de espaços diferentes, dentro e fora de seu território tradicional, cria uma dinâmica que, longe de descaracterizar sua identidade, pode favorecer um sistema de relação social na criação e manutenção de "redes" de apoio, de trocas econômicas, de informação e de projetos econômicos e sociais.

Entender as características próprias e emergentes de tais dinâmicas é particularmente importante. Hoje, é possível observar duas tendências contrastantes. Por um lado, as tecnologias da informação e da comunicação abrem novas oportunidades de articulação socioeconômica e de caminhos de desenvolvimento originais, particularmente para realidades sociais e regionais tradicionalmente marginalizadas, em territórios vastos e pobres de infra-estruturas, como a Amazônia. Por outro lado, existe uma especialização e institucionalização dos canais de acesso aos recursos de desenvolvimento sustentável, por meio dos novos "mercados de projetos" e dos modelos formais exigidos para acessá-los. Algumas realidades são mais preparadas do que outras a esse respeito.

O PDPI (Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas), recém nascido na família dos programas do PPG7 (Programa Integrado de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil), indica uma das tendências dessa nova especialização. Parece

ser cada vez mais difícil atuar em área indígena sem dominar certas siglas, como : PPG7, PPPTAL, PD/A, PGAI, GTA, GAP, GAPEP, etc.

De certa forma, por um lado, as novas redes de projetos socioeconômicos em áreas indígenas criam novas oportunidades, por outro lado, essas tendências podem gerar novas formas de exclusão e marginalização, pois, em muitos casos, exigem um estatuto jurídico, podendo ser uma organização externa (ONGs ou organizações indígenas) ou uma organização interna, desde que possua uma vida jurídica própria.

Além disso, os canais de divulgação dessas informações são as organizações indígenas e as assessorias técnicas ligadas a elas, o que dificulta o acesso para muitos grupos, que, a exemplo dos Ye'kuana, ainda não estão articulados ou conectados a esse modelo. A diferença, portanto, não é mais entre os povos indígenas mais ou menos isolados, nem mais ou menos tradicionais; esse fenômeno está muito mais ligado às condições de acesso ao "mundo dos projetos" e aos diferentes fundos destinados a programas econômicos e sociais junto a populações indígenas. Resta saber em quais condições e em que medida os povos indígenas da Amazônia saberão enfrentar esses novos desafios.

Artigo aceito para publicação em 08/04/2003.

BIBLIOGRAFIA

ALBERT, Bruce. "Developpement et securité nationale: les Yanomami face au projet Calha Norte". In: *Ethnies*, n.11-12, , 1990. pp.116-127.

- ALBERT, Bruce. "L'or cannibale et la chute du ciel. Une critique chamanique de l'économie politique de la nature (Yanomami, Brésil)". In: *L'Homme*, n.126-128, pp. 349-378, 1993.
- ALBERT, Bruce. "Associações Indígenas e desenvolvimento sustentável na Amazônia Brasileira". In: *Povos Indígenas no Brasil 1996-2000*. São Paulo: ISA, 2000.
- ARVELLO-JIMENEZ, Nelly. *Relaciones Políticas en una Sociedad Tribal*. México: Ediciones Especiales 68, Instituto Indigenista Interamericano, 1973.
- ARVELLO-JIMENEZ, Nelly. "Indigenismo y el debate sobre desarrollo Amazónico: Reflexiones a partir de la experiencia Venezolana". In: *Série Antropológica* 106, Brasília: UNB, 1991.
- ARVELLO-JIMENEZ, Nelly. "Sanuma Memories : la Inmolacion de la Cultura Afable". In: *Anuário antropológico*, 95, Brasília: UNB, 1996, pp. 121-150.
- CIVRIEUX, M. *Mitología Makiritare*. Caracas: Monte Avila Editores, 1970.
- GEFFRAY, C. *Chroniques de la servitude en Amazonie brésilienne*. Paris: Khartala, 1995.
- GODELIER, M. "Anthropologie sociale et histoire local". In: *Gradhiva*, n.20, 1996. pp. 83-94.
- GOW, Peter. *Of Mixed blood: kinship and history in Peruvian*. Oxford: Clarendon, 1991.
- GUSS, David. *Tejer y Cantar*. Caracas: Monte Avila Editores, 1990.
- MMA/SCA/PPG7 (Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Coordenação da Amazônia/Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil), *PDPI: Projetos Demonstrativos dos povos Indígenas*. Documento do projeto, 2000.
- RAMOS, Alcida Rita. *Hierarquia e simbiose. Relações intertribais no Brasil*. São Paulo: Hucitec/INL-MEC, 1980.
- RAMOS, Alcida Rita. *Memória Sanumá. Espaço e Tempo em uma Sociedade Yanomami*. São Paulo: Marco Zero/ Editora UNB, 1990.
- Ramos, A. "A profecia de um boato: matando por ouro na area Yanomami". In: *Anuário antropológico*, 95, Brasília: UNB, 1996. pp. 121-150.
- RODRIGUEZ, Alberto Jimene. e SARMIENTO, Alberto. "Usos de la Fauna por Comunidades Ye'kwana de la Cuenca de Rio Caura, Guayana Venezolana". Texto apresentado no workshop "Critical Issues in the Conservation and Sustainable and equitable use of wildlife in the Guiana Shield", Iwokrama International Centre for Rain Forest Conservation and Development, Georgetown, Guyana, 4-8/12, 2000.